

É a crise!

Imagem do "João" naufraga em Florianópolis

Na pacata Florianópolis, capital de Santa Catarina, sexta-feira, 30 de novembro, o general Figueiredo recebeu um recado muito claro: o povo não aceita mais que se jogue o peso da crise sobre suas costas. Não confia no governo, sabe que suas providências vão sempre contra os interesses populares.

Após os incidentes em que esteve pessoalmente envolvido, depois da batalha que durante seis horas se travou, entre as massas populares e a polícia, Figueiredo também pôde constatar que sua "popularidade" não passava de uma imagem publicitária laboriosamente fabricada pela Secretaria de Comunicação. Imagem na qual, talvez, fosse ele o único a acreditar. Sua impopularidade não ocorre tanto por razões pessoais, apesar de freqüentemente agredir o povo, mandando-o, por exemplo, "dar um tiro no coco". Ele é impopular principalmente porque é o chefe de um governo anti-popular.

Prender os estudantes catarinenses, como o governo está fazendo, para tentar responsabilizá-los, não servirá para desfazer o fato de que aquela foi uma manifestação de amplos setores das massas populares da cidade. E que ela foi recebida com satisfação pelo povo no País inteiro. A repressão vai servir apenas para mobilizar mais ainda a opinião pública contra o governo. Milhares de pessoas já assinaram um abaixo-assinado em protesto contra as prisões. Os estudantes catarinenses estão de volta às ruas. E, nas outras capitais, o movimento estudantil e os setores democráticos já se movimentam para prestar-lhes solidariedade e também lançar seu protesto. A movimentação dos órgãos de segurança, nos últimos dias, revela a preocupação do governo. Se a moda pega...

O QUE FALA O POVO

Na seção dos correspondentes voluntários, têm a palavra os operários da construção de Alagoas, os gráficos da Bahia, os marítimos do Rio de Janeiro e muitos mais. Há um poema contra a carestia. E o protesto da periferia do Rio e de Salvador contra a morte de Santo. Páginas 6 e 7.



Piquete nas ruas de São Paulo. A greve dos táxis estendeu-se por diversos Estados.

Durante 15 anos a ditadura militar repetiu sempre o mesmo truque. Cada vez que os problemas econômicos se agravavam, ampliava as concessões ao capital estrangeiro e arrancava ainda mais o couro dos trabalhadores através do arrocho salarial. Além disso, os "milagres" de Delfim e Simonson consistiam em jogar os problemas para o futuro. Com isso, o único resultado que conseguiram foi criar condições para uma crise mais profunda. Tendo começado em 1973, a crise se prolonga por seis anos e agora dá sinais de que entra numa nova fase, mais aguda que todas.

Para os trabalhadores e a grande maioria da população, a crise, que se faz

O povo abre seu espaço no novo quadro partidário

Existe lugar para as forças populares no esquema de quatro partidos que vai se formando com a extinção da Arena e do MDB? Há quem pense que não. Mesmo nas fileiras da oposição moderada, há quem trabalhe para isolar estas forças. É uma manobra de longo alcance, patrocinada pela ditadura, segundo o figurino internacional que os EUA definiam como mais favorável a seus interesses.

Por isso o povo começa a abrir ele mesmo o seu espaço no novo quadro partidário. Um espaço que será tanto mais amplo quanto maior for a mobilização política das massas.

acompanhar de uma inflação de quase 80% significa um empobrecimento como nunca houve antes. Os capitalistas, porém, principalmente os grandes e estrangeiros, estão conseguindo lucros ainda maiores. Nada mais natural e justo, portanto, que as massas se revoltam e façam lutas e estourem greves cada vez maiores e mais combativas. Nesta hora, o governo vem propor um "pacto social": os trabalhadores param de fazer greves e em troca o governo mantém seus salários arrochados enquanto garante os lucros dos patrões. Pela proposta, energeticamente repelida pelos trabalhadores, se percebe que o governo já não sabe mais o que fazer. Mais detalhes na página 5.

Porque os trabalhadores devem lutar pela anistia

Luis Eduardo Greenhalg, presidente do Comitê Brasileiro de Anistia em São Paulo, concede entrevista à Tribuna. Mostra como esta bandeira democrática já se aproximou bastante dos trabalhadores. E sugere caminhos para ela aproximar-se ainda mais. Leia na página 8.

Curitiba entra na dança

Mais uma cidade brasileira envolvida em grandes greves. Na página 4, a cobertura dos movimentos dos metalúrgicos e dos operários da construção civil na capital paranaense, enviada pela sucursal da Tribuna em Curitiba:

Editorial

O decisivo é a ação política de massas

O desenvolvimento político mais geral se deu até há pouco em termos partidários, através de mobilização partidárias, entre MDB e Arena. Atualmente, está passando cada vez mais para o movimento de massas, de amplas massas, como o demonstram as greves operárias e de outros trabalhadores, os protestos contra a carestia, a luta pela anistia, o crescimento das lutas pela terra, dos moradores dos bairros de periferia etc. São esses acontecimentos que vão ocupando o centro da vida política.

Antes, a política era de poucas pessoas. Hoje, passa a ser uma questão de vivência diária da população, de milhões de pessoas. Por não enxergarem isso, ou por temerem que a oposição dos setores populares — parlamentar e extraparlamentar — lhes tome a direção do partido, ou, ainda, por acharem que um partido assim composto se estreita e não consegue permissão do regime para chegar ao poder, certos setores políticos tentam barrar ou limitar a participação popular no novo partido de oposição.

Não se dão conta que esse partido só terá futuro se trouxer uma mensagem nova, democrática e popular. E que sem a incorporação dos setores populares, sem contar com a participação ativa desses setores, será uma tendência em processo de esvaziamento. Não contará com o apoio do povo e perderá a parada para o partido de Tancredo Neves, ou o PTB.

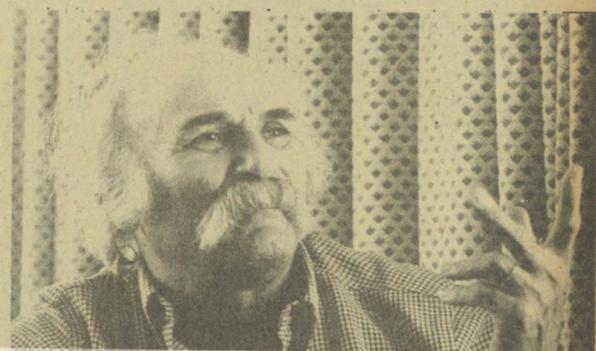
Quando a oposição popular, ela resolve essa questão na medida em que consegue reunir as massas populares — entidades, movimentos, organizações, extraparlamentares e parlamentares — formando uma unidade de grandes forças. E atua articulada com o bloco popular que se formou recentemente no Parlamento. Da capacidade de reunir essas forças é que vai depender a participação da oposição popular no Parlamento. Seu interesse é construir um partido de frente única e participar nele para lutar pela democratização e para que as forças políticas que atualmente estão fora do Parlamento possam ter representação ali, com o objetivo de que o bloco popular cresça e eleja muitos parlamentares. Na questão parlamentar, o aspecto é este: dar representação parlamentar às forças populares. Sabendo que não é no Parlamento que esta questão se resolve, mas sim pela organização das grandes massas populares — sobretudo. Não será no Parlamento que estará o centro da luta para levar a democratização até suas últimas consequências. Neste sentido, a classe operária, enquanto luta pela organização desse partido de frente única, defende a existência independente de seu próprio partido.

Arruda: lutando até o fim

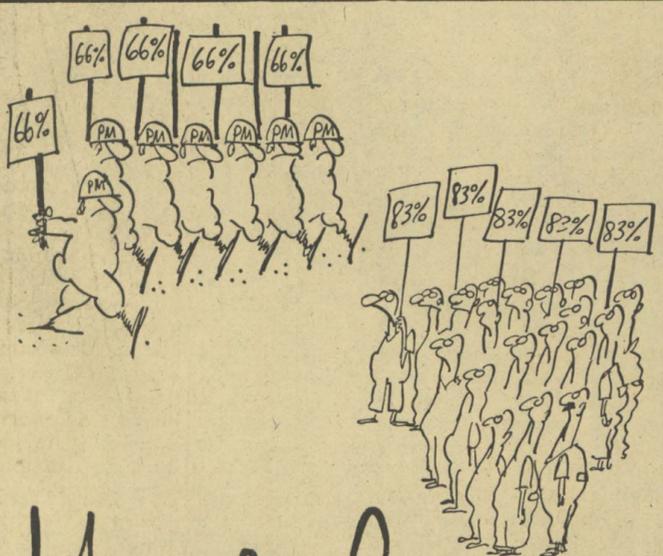
Apenas 48 dias depois de retornar do exílio, morreu em São Paulo o velho dirigente comunista Diógenes Arruda Câmara. Seu coração rijo de ser-tanejo suportou quase meio século de clandestinidade, prisões, torturas, mas não resistiu à alegria do dia 25. No Aeroporto de Congonhas, quase mil pessoas saudavam seu companheiro, João Amazonas. Para Arruda, que acompanhava Amazonas, a emoção foi grande demais. Teve um enfarte minutos depois, no carro, a caminho do Sindicato dos Metalúrgicos.

O enfarte foi uma consequência tardia das torturas sofridas por Diógenes Arruda há dez anos, na Operação Bandeirantes. No pau-de-arara, sob choques elétricos, ele teve duas paradas cardíacas. Saiu da prisão com a saúde abatada para sempre.

Também deve ter influído a carga de trabalho de seus últimos dias. Arruda morreu em meio a uma verdadeira cruzada pela unidade para pôr fim à ditadura militar. Havia percorrido o Nordeste, participado do Congresso pela Anistia, em Salvador, retomado seu antigo vínculo com o movimento operário paulista, iniciando conversações com as oposições e os dirigentes sindicais autênticos. A unidade dos trabalhadores, das forças populares e



Arruda em um debate, pouco depois de ser anistiado. democráticas foi seu tema número um até o último momento. Concebia esta unidade como uma coligação ampla, livre de sectarismos. Reservava o gume de suas declarações para combater o regime militar e os que buscam um entendimento com ele. Na página 2, a volta de Amazonas, a vida e a morte de Arruda.



Henzil

Arruda teria gostado de ver

À obra do delegado Fleury e do capitão Albernaz seus superiores podem acrescentar mais um ponto: Diógenes Arruda, que eles começaram a matar em 1969, nas câmaras de tortura, morreu. Mas não morreu como eles queriam, nem alquebrado, nem vencido. Arruda morreu feliz, num dia de vitória, nos braços do povo, ao lado de seu velho companheiro de lutas, João Amazonas, que acabava de retornar do exílio.

Ele próprio fôra forçado a viver sete anos fora do País amado — no Chile, Argentina, na Europa — após deixar a prisão, em 1972, libertado por falta de provas, já que não dera uma informação que o incriminasse nem a seus companheiros. Deixara o País tuberculoso, com um enfisema no pulmão, um olho vasado, a mão direita quebrada, quatro unhas arrancadas, uma fratura no joelho. «O Fleury mandou quebrar todos os dedos de minha mão direita para eu nunca mais escrever», contava ele. Mas da prisão mesmo Arruda mandou à Justiça Militar uma carta fazendo sua defesa, em que reafirmava sua condição de comunista e a necessidade da união do povo para derrotar a ditadura, expulsar o imperialismo e conquistar a independência e a democracia popular.

Durante o tempo em que seu corpo foi emocionadamente velado — primeiro no velório de um hospital, depois, num salão nobre da Assembleia Legislativa — grande número de pessoas veio prestar sua úl-

tima homenagem: eram velhos companheiros, operários, donas-de-casa, estudantes, intelectuais, jornalistas, religiosos, parlamentares, dirigentes sindicais, de entidades democráticas como o CBA, etc.

Emocionado, um ex-preso político que conviveu com Arruda na prisão disse: «Jamais o esquecerei. Este homem me ajudou e a todos os outros que lá estavam a enfrentar as torturas e a manter a dignidade frente aos torturadores». Um jornalista que esteve com ele no exílio, no Chile e na Argentina, afirmou: «Era um marxista-leninista, um estudioso e propagador do marxismo. Onde o velho Arruda chegava ia logo instalando um curso de marxismo». Um ex-preso político confirmou: «Era assim mesmo. Eu mesmo estudei marxismo com o Arruda por oito meses no Presídio Tiradentes, em São Paulo».

Em homenagem a Arruda, que foi parlamentar, a Assembleia Legislativa suspendeu a sessão. Antes, porém, discursou o deputado Eduardo Suplicy, autor do requerimento de suspensão. Disse: «Homem temperado, curtido pela clandestinidade e as prisões, Diógenes tinha também uma visão quase poética da revolução. Gostava de referir-se a ela como a «festa do povo», e ao socialismo, como «um mundo de pão e rosas».

O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo cedeu o jazigo dos jornalistas, no Cemitério São Paulo, em Pinheiros, para o sepultamento de Arruda. Uma homenagem ao jornalista



Na hora do sepultamento, a bandeira do Partido Comunista do Brasil, vermelha com a foice e o martelo.

militante que ele foi durante longos anos, seja participando da «Imprensa Popular», a partir de 1946; seja como diretor da revista «Problemas», cargo que desempenhou de 1949 a 1956; seja ainda como redator do jornal «A Classe Operária», de 1962 até sua morte.

Com profunda emoção, as centenas de amigos que acompanharam Arruda à sua última morada, caminhando por mais de dois quilômetros pelas ruas da Capital, choravam. E também cantavam a canção «Caminhando», de Geraldo Vandré, repetindo muitas vezes: «Vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer». E cantavam o Hino da Independência, enfatizando o refrão: «Ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil». Lembrando sempre: «Companheiro

Arruda, você está presente». E «O povo unido jamais será vencido».

Diante da sepultura, a multidão se postou por mais de uma hora. Uma multidão, muito triste, as expressões dos rostos expressando uma dor sincera, mas também esboçadas por um grande ardor. Cantavam sempre, lembravam Arruda e os outros combatentes mortos pela ditadura. Ali estavam as viúvas de Carlos Marighela e de David Capistrano. Ali estava o velho combatente Apolônio de Carvalho. A Ação Popular Marxista-Leninista enviou uma mensagem de solidariedade. Fizeram o mesmo o MEP e o Movimento Pró-PT (este em mensagem assinada por Jacó Bittar) Após os discursos emocionados e vibrantes da representante do Movimento

Contra a Carestia, de um representante do Comando de Greve dos metalúrgicos, de Luis Eduardo Greenhalg, pela coordenação nacional do Movimento pela Anistia; de um representante dos ex-presos políticos, dos parlamentares José Eudes e Aurélio Peres, coube a Elza Monnerat ler a mensagem do Comitê Central do PC do Brasil.

Já escurecia quando o corpo de Arruda baixou à sepultura. Sobre o caixão, uma bandeira vermelha. Nela, estavam bordados um martelo, da classe operária, e uma foice, dos camponeses. E se lia, em letras brancas: Partido Comunista do Brasil.

Devagar, a multidão se desfez. Homens, mulheres, jovens e velhos caminhavam, abraçados, unidos. Arruda teria gostado de ver.

“Metais que não se fundem”

São poucos os personagens da vida política brasileira que podem ostentar em sua carreira uma tenacidade como a de Diógenes Arruda. Ele lembrava os moirões de arueira de Afogados de Ingazeiras, onde nasceu há 65 anos: nunca se dobrou, chovesse ou fizesse sol. Comunista desde os 19 anos, morreu comunista, apesar dos tropeços que esta condição acarreta no Brasil. Costumava a dizer a respeito, com uma ponta de orgulho: «Os comunistas não são metais que se fundem».

Algumas passagens desta carreira:

1932, Recife. Um adolescente vindo do sertão para estudar estréia na vida política durante os motins de soldados e massas pobres que agitam a capital pernambucana. Entra em contato com o movimento operário, devora os primeiros textos comunistas. Em 1934, ingressa no Partido Comunista do Brasil.

1940, São Paulo. Um pernambucano de 25 anos enfrenta, com meia dúzia de companheiros mais ou menos da mesma idade, a tarefa de reestruturar o Partido desbaratado pela repressão. Vigora o Estado Novo. Filinto Müller anuncia a destruição do comunismo no País. O jovem passa apertado (as finanças partidárias andam mal). Dorme 3,4 horas por noite (só a última prisão viria alquebrar sua impressionante capacidade de trabalho), mergulha nas bibliotecas públicas de São Paulo, estudando história do Brasil. Na «Conferência da Mantiqueira», em 43, o Partido é finalmente reestruturado. Tem então 1.800 membros (em 45 serão 220 mil) e um novo secretário de organização: Diógenes Arruda Câmara.

1947, Rio de Janeiro. Um novo deputado estréia na

Câmara Federal. Foi eleito por São Paulo, com votação maciça dos operários — metalúrgicos, portuários, ferroviários. Oficialmente, sua legenda é o PSP e por isso ele consegue manter o mandato mesmo depois da cassação dos comunistas. Mas é do conhecimento público que Arruda fala no Congresso em nome do PC.

1952, Moscou. Um brasileiro tem o privilégio único, ansiado por todos os comunistas da época, de entrevistar-se pessoalmente com Stálin. A conversa dura 40 minutos. Apesar da barreira da língua, o georgiano e o sertanejo entendem-se bem. Stálin mostra-se muito curioso, bem informado sobre o Brasil (elogia o projeto de programa do IV Congresso do PCB) e amistoso. De improviso, ao ver que seu hóspede não traz relógio, retira o seu do pulso e o oferece. Arruda conserva o presente até a morte. E também a fidelidade ao velho bolchevique.

1958. A luta no seio do Partido começa a ferver. Prestes decide-se pelo kruschovistas, adeptos do caminho pacífico para o socialismo. Arruda está com os defensores de Stálin, que insistem na via revolucionária. A luta continua no V Congresso e depois, até a cisão definitiva, em 1962. Prestes muda o nome do Partido, de «do Brasil» para «Brasileiro», visando mostrar que não tem vínculos internacionalistas e facilitar a legalização. Arruda adere aos que, com João Amazonas, reorganizaram o Partido com seu nome original.

1969, São Paulo. Um senhor de meia-idade bate à porta da casa de uma conhecida. É uma tocaia dos órgãos de repressão. Arruda é levado à OBAN, onde come o pão que o diabo amassou. Sai dois anos depois. Embora declarando-se comunista, não dá nenhuma informação à polícia, o que lhe vale ser absolvido por falta de provas. Mas deixa a cadeia cardíaco, tuberculoso, com a capacidade pulmonar reduzida a um terço, sem uma das vistas e com os dedos da mão direita quebrados («Para nunca mais escrever», dizem os torturadores).

1979, Salvador. Um velho de impressionante bigodeira pronuncia um dos discursos mais aplaudidos do II Congresso da Anistia. Toda a ênfase vai para a necessidade de somar as forças que se opõem à ditadura. Única ressalva: a unidade tem que ser para a luta e não para a conciliação. Perguntado mais tarde sobre uma possível aliança com o PCB, que ele considera um foco de conciliação política e de classe, Arruda é categórico: «Jamais».



Com Duarte e Amazonas, na última missão.



Alegria com a chegada de Amazonas, na última foto de Arruda.

Amazonas de volta

O retorno de João Amazonas quebrou, de certa forma, uma rotina que vinha se instalando, de recepções discretas e pouco concorridas aos anistiados que voltam ao Brasil. No dia 24, cerca de 300 pessoas receberam o líder do PC do Brasil, assim como o teatrólogo Augusto Boal.

Amazonas fez um pequeno discurso, agradecendo à classe operária, ao povo, ao movimento democrático e aos presentes pela sua anistia, que qualificou como «uma conquista e não uma dádiva».

No dia seguinte, em São Paulo, a recepção foi maior — quase mil pessoas — e mais popular. Havia muitos operários, donas de casa, uma dupla caipira, um repentista nordestino e uma animação que resistiu a duas horas de espera e de chuva. Canções e palavras de ordem serviram para passar o tempo enquanto não vinha o último dos exilados famosos, presidente da CGT no governo Dutra, líder histórico e reorganizador do PC do B, o homem que articulou a resistência armada do Araguaia. Depois da chegada, a multidão deslocou-se para o Sindicato dos Metalúrgicos, cedido

para um ato público. A festa, porém, terminaria com um travo amargo — a notícia da morte repentina de Diógenes Arruda.

Entrevista

Uma semana mais tarde, Amazonas concedeu em São Paulo uma entrevista coletiva falando de seu partido e do momento atual.

O velho líder comunista considera que o eixo da vida política brasileira sofreu uma modificação, sobretudo depois da votação da reforma partidária. Deslocou-se, da confrontação entre os partidos da oposição e do governo, para o movimento de massas. «O governo — disse — consegue momentaneamente um certo deslocamento de forças da oposição moderada em direção a um acordo. Mas ele ocorre juntamente com um deslocamento de forças de massa para a oposição. O mais importante na hora atual é a luta pela unidade de todos os movimentos populares de massas. Esta é a questão-chave, porque está dentro do eixo atual. O que não significa que outras forças não possam somar-se, em determinados momentos».

A OPOSIÇÃO POPULAR NÃO SE DEIXARÁ ISOLAR

Entre suas muitas atribuições dos últimos dias, a ditadura terá tido algum motivo de satisfação ao verificar como funcionava seu plano de fracionamento da oposição. Saiu o partido de Tancredo Neves e Magalhães Pinto. Ao mesmo tempo, os organizadores do PT insistiam em formar um pré-partido isolado das outras forças populares. E não foi só. Além do mal sucedido esforço divisionista do PTB, um grupo parlamentar tentava barrar ou limitar a participação dos setores populares no partido que sucederá o MDB, dando-se a impressão de que esses setores e o bloco de parlamentares conhecidos como "populares", exatamente os segmentos mais combativos da oposição, poderiam ficar isolados.

Se essa fragmentação ocorresse estariam realizados

São Paulo: ir às massas, remédio para a conciliação

Em São Paulo, tanto o partido de Tancredo-Magalhães Pinto como o PTB de Brizola começaram raquíticos. As articulações do PT se dão em áreas muito limitadas. O Arenão reúne os costumeiros carreiristas atraídos pelas facilidades do poder. A articulação mais poderosa é a do sucedâneo do MDB. Porém, no seu interior estão instalados o estilo cupulista de política e a conciliação.



Maluf, o carreirista: no Arenão

Ao mesmo tempo em que malufistas e outros adesistas são afastados e estão sem outra alternativa senão o Arenão, os detentores da máquina partidária do MDB, como Montoro, Quêrcia, etc., não parecem muito preocupados em consultar as massas populares para demarcar os rumos do novo partido. Presos a uma visão meramente parlamentar, esses setores tentam garantir a qualquer preço a maioria na Assembleia Legislativa (40 deputados), mesmo tendo que aceitar a convivência com adesistas. Disso discordam diversos parlamentares do bloco dos "populares", que defendem uma composição mais homogênea e combativa, ainda que um pouco menor.

Alguns deputados estaduais — como Sérgio Santos, Irma Passoni, Mauro Bragato — ain-

os sonhos da ditadura. O seu projeto, que é um projeto de cunho internacional, articulado com o imperialismo norte-americano, busca repetir aqui experiências semelhantes, em curso na Espanha, Grécia, Portugal, Equador, etc.

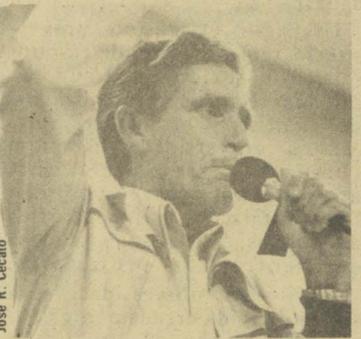
O projeto internacional dos EUA

As ditaduras militares estão fracassadas e os Estados Unidos buscam uma retaguarda mais sólida para poder enfrentar as crescentes dificuldades, seja na contenção das lutas dos povos, seja na sua disputa cada vez mais aguçada contra a superpotência rival, a União Soviética. Para essa tarefa, contam com a colaboração da social-democracia européia e com partidos reformistas disfarçados de revolucionários, cuja confiabilidade aumenta na medida em que se afastam da

da que sem abandonar esse debate, estão mais preocupados em levar a discussão sobre o novo partido às suas bases. Acreditam que será por aí, com a reunião das entidades e comunidades de base, de operários e outros trabalhadores, para participar e pressionar os setores conciliadores e cupulistas, que se conseguirá dinamizar esse partido e dar força aos que dentro dele realmente representam a oposição popular.

DEBATES

Já começam a se realizar reuniões nesse sentido. Por exemplo, no domingo, 9 de dezembro, os deputados Aurélio Peres (federal) e Irma Passoni (estadual) irão promover uma discussão sobre a reforma partidária e os rumos a seguir com suas bases, no bairro de Santo Amaro, na Capital, rua Jacamin, nº 2, perto do cemitério. O plano de Aurélio é realizar também debates com várias entidades de trabalhadores e de outros setores populares e, mais adiante, reunir todos esses setores num encontro maior, para formar núcleos do partido. (Carlos Azevedo).



Aurélio: convocando as bases.

No Rio o PTB tem alguma força



Brizola: ação intensa no Rio.

No Rio, enquanto a máquina partidária do MDB, controlada pelo adesista Chagas Freitas, deverá ser transferida para o partido de Tancredo Neves, o PTB de Brizola se aproveita da vacilação dos setores políticos ligados ao chamado PMDB para ir lançando suas bases. O PTB, que terá no Rio um dos seus raros pólos fortes, está numa intensa movimentação nos bairros, junto a entidades e lideranças, criando bases para diretórios. Apesar de haver notícias de divergências entre o ex-deputado Lysâneas Maciel e a cúpula petebista, ele ainda é o grande trunfo e o centro das articulações brizolistas no Rio,

devido a seu grande prestígio e respeitabilidade.

Enquanto o Arenão, muito fraco, procura atrair simpatizantes acenando com cargos de chefia no INPS e outras repartições federais, o movimento pelo PT vive umacrise, com a formação de duas executivas e a ausência de adesão de lideranças sindicais. Prevalece a posição, de registrar o PT sem procurar entendimentos com o bloco popular.

Até agora, a iniciativa política mais consistente, no sentido da participação das massas populares na questão dos partidos, veio do Movimento dos Amigos dos Bairros de Nova Iguaçu. Está-se preparando para dia 9 de dezembro, domingo, uma grande reunião de movimentos populares (associações de bairro, lideranças operárias e populares, o movimento Terra e Habitação, etc.). Estão sendo convidados o deputado Aurélio Peres, Lula, Arraes, Brizola, Almino Afonso e outros, para debater como os movimentos populares podem participar do partido político mantendo sua independência. (Rogério Lustosa - Rio).



Mão estendida, aos conciliadores.

União Soviética (os chamados "eurocomunistas" etc.).

As alternativas da conciliação

No Brasil, devido a um certo crescimento de uma camada mais bem paga da classe operária, um partido social-democrata também já é possível. Foi-se buscar forças e pessoas outrora combativas — como Brizola — para desem-

Minas Gerais: o PDB sai na frente mas o futuro pertence ao PMDB



Tancredo e Magalhães: velhos rivais se unem na "oposição confiável".

Para se entender a situação de Minas Gerais é preciso lembrar que o MDB local sempre foi dominado pelos moderados e adesistas e que é recente a articulação da oposição popular em torno de candidatos mais comprometidos com a luta do povo. Por isso, a nível parlamentar, a maioria do MDB ficará com o partido de Tancredo e Magalhães Pinto. Além de que pelo menos outros quatro irão para o Arenão. Cinco deputados federais e um número ainda incerto de estaduais ficarão no PMDB. Não houve adesões ao PTB, nem ao PT.

Fruto da aliança de Tancredo e Magalhães Pinto, o PDB nasce como o maior partido de Minas. Esta aliança, considerada impensável anos atrás, é o resultado da evolução da economia local, baseada numa grande monopolização e alta desnacionalização. Os interesses dominantes passaram a ser dos grandes grupos: financeiros, quase que exclusivamente estrangeiros. Os antigos setores dominantes, como as oligarquias rurais das quais Tancredo é representante e a burguesia associada ao imperialismo, representada por Magalhães Pinto, mesmo lucrando com a situação, estão perdendo as rédeas do processo

Mata Machado: partido forte nascerá do povo

O professor Edgar da Mata Machado é um democrata combativo, católico progressista que se opôs com firmeza à ditadura militar. Teve seus direitos políticos cassados e foi forçado a afastar-se da Universidade Federal de Minas Gerais, onde lecionava. A ditadura ainda o golpeou assassinando um dos seus filhos, José Carlos da Mata Machado.

TO: Qual a sua opinião sobre a reformulação partidária?

EMM: A reforma partidária veio tarde. Quem se lembra do movimento de 1964 e das intenções anunciadas pelos que o fizeram há de recordar-se do anúncio do "restabelecimento" do regime democrático. Sabe-se que o que veio, contudo, foi uma sucessão de golpes de Estado, o reforço do sistema totalitário e, ao mesmo tempo, o crescimento da consciência popular nitidamente oposicionista. O próprio presidente Geisel anunciou, no início de sua gestão, propósitos de aber-

penhar esse papel. E também se guarda na manga um segundo trunfo, o partido de Prestes, que, mais adiante também deverá ser legalizado para vir reforçar esse esquema de conciliação e contenção das massas. Para assim, esvaziar o MDB e isolar os setores mais combativos da oposição.

As notícias que vêm do povo

Mas não são esses os únicos acontecimentos. lideranças operárias, camponesas, de outros trabalhadores, estudantes e intelectuais estão se reunindo com parlamentares do bloco popular, analisando a conjuntura, definindo-se e formando núcleos do partido que sucederá ao MDB. Um exemplo dessas reuniões foi o encontro de Guanambi, no sertão da Bahia. Agora, já se preparam várias outras, em Jequié, Brumado, no norte e no sul da Bahia. Na

região de Irecê oito diretórios do MDB estão atuando articuladamente. Todas essas iniciativas convergirão em breve para um encontro a nível estadual. Um processo semelhante está neste momento em curso em Pernambuco, em Alagoas, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, etc.

Dessas inúmeras vertentes do movimento popular é que surgirá a força mais poderosa do partido de frente única, mais avançado que o velho MDB, e que, no Parlamento, será expressão do movimento democrático e popular. Estas reuniões estão ainda no início, mas deverão se multiplicar e ampliar nos próximas semanas e meses, forjando uma forte tendência popular, nascida de amplas bases, para atuar com o bloco parlamentar popular dentro do novo partido.

do MDB e os setores populares em ascensão, e afaste adesistas e conciliadores, ainda é fraca a articulação do sucedâneo do MDB em Minas. No plano parlamentar, registra um avanço com a participação de vários deputados. Mas ainda é débil sua ligação orgânica com o movimento popular e principalmente operário, que têm desenvolvido importantes lutas no Estado.

Não bastasse isso, a cúpula do partido ainda procura marginalizar justamente aqueles setores que podem promover essa articulação com as massas, representados pela "Ala Jovem e Trabalhista" do MDB, até hoje não reconhecida, e que se organizou até mesmo à revelia dos donos do partido. Existe em Contagem, Juiz de Fora e Divinópolis e teve um papel destacado na última greve dos metalúrgicos.

Esses setores combativos conseguiram tomar a direção dos diretórios de Juiz de Fora e de Muriaé. E em outubro realizaram um encontro de oposições. Mais sete encontros estão programados para o interior do Estado. Podem vir a desempenhar um papel importante na articulação do novo partido de frente única.

Em Minas há um quadro potencialmente favorável. O imenso avanço das lutas populares forçosamente levará as massas a buscar canais de participação, inclusive no Parlamento. E começa a nascer um partido de frente democrático-popular que, embora ainda pequeno, está livre de adesistas e moderados, já que estes se distribuíram entre PDB e Arena. Se este partido for capaz de ligar-se ao movimento popular e operário, poderá se formar uma combativa oposição em Minas, não só a nível parlamentar. (Antônia Soares - MG).

político. Para manter alguma faixa de poder, procuram unir-se. PTBe PT, fracos

Comprometido com a social-democracia européia, o PTB poderia esperar apoio do capital europeu fortemente instalado em Minas (Mannesmann, Krupp, Belgo-Mineira, Fiat). Mas esses grupos já têm outros porta-vozes, independentes das frações burguesas locais. Daí resultando a debilidade da articulação do PTB em Minas.

O PT conta com a adesão de alguns sindicalistas, como Wagner Benevides, do Sindipetro, alguns participantes da oposição sindical e uma forte presença da ala "socialista" do movimento estudantil. Seus dois lançamentos, na Cidade Industrial, revelaram pequena penetração na massa operária. Indefinido, é interpretado de duas maneiras em Minas. Uma ala o considera "partido estratégico dos trabalhadores". Outra, o vê como um partido popular, admitindo a presença de outros setores sociais em seu seio.

A proposta mais justa

Embora se mostrando como a proposta mais ajustada à realidade, já que busca formar uma frente oposicionista, democrático-popular, que aglutine a ala mais combativa

tura democrática. O que ocorreu foi um trancamento do sistema ainda mais rígido. A atual reformulação nasceu notoriamente do chamado Pacote de Abril.

TO: A reformulação partidária nos afastou ou nos aproximou da ampla liberdade de organização partidária?

EMM: Acho que houve certa aproximação quanto aos objetivos populares da organização partidária, mas porque o "sistema" não tinha como resistir às pressões do povo. Porém, as restrições do Pacote de Abril permaneceram. Parece evidente que o sistema dominante teve êxito na medida em que fracionou a oposição através da supressão do MDB, pois a oposição vinha crescendo, pelo menos desde 1974.

TO: Como a oposição mineira vai se alinhar neste quadro de reformulação? EMM: Apesar de ter um temperamento otimista, acho que o fracasso do MDB e a oposição do

ponto de vista popular, atingiu especialmente a Minas. Basta que se considere que a dissidência que vinha sendo liberada pelo deputado Magalhães Pinto apresenta-se agora como uma parcela da Arena que se une a uma parcela do MDB, esta liderada pelo senador Tancredo Neves.

TO: Quais as chances, a nível nacional e de Minas, do novo MDB, PTB, PI, ARENÃO, PT?

EMM: É evidente que a oposição a nível popular continuará a existir e tende a crescer. Haverá talvez uma corrida para o PI e para o que se chamará Arenão, ou que outro nome tenha. Mas na área do operariado, da juventude, das comunidades de base, da classe média, sobre as quais pesa cada vez mais o modelo econômico imposto pelas empresas multinacionais, ir-se-á tomando consciência crítica cada vez mais acentuada, e o partido que tenha origem nesses segmentos receberá o apoio do povo. (Entrevista Carmem Aguiar MG)

Greves: Curitiba pára



Em Curitiba, 15 mil metalúrgicos pararam 60 fábricas.

Primeiro, foram os metalúrgicos. Em dois dias, 15 mil operários entraram em greve, envolvendo 60 fábricas. Na semana seguinte, trabalhadores da construção civil paralisaram as obras e o centro da cidade. Depois, foram os motoristas de táxi e de ônibus. O movimento popular ressurgiu com a força de quem descobre que há muitos direitos a reconquistar. E Curitiba percebe que mudou sua composição social. Hoje, em sua periferia, vive uma massa de trabalhadores, a maioria expulsa do campo e ainda procurando sua integração. É a mão-de-obra barata, não qualificada, que reduz os custos da construção civil. Mas cresceu também o número de operários qualificados, exigência do ainda tímido processo de industrialização. Esta é a classe que mais cresceu nestes dez anos e que agora passa a exercer pressão sobre o conjunto da sociedade constituindo-se, pouco a pouco, no principal pólo das relações sociais.

Impedidos de se organizarem em seus sindicatos, ainda atrelados e dirigidos por pelegos, os trabalhadores reproduziram aqui as experiências bem sucedidas de outros lugares. Surgiram as associações

de bairros, em lutas por melhores condições de vida e ligadas ao local de moradia. Daí à discussão sobre o arrocho salarial foi um passo. Outro passo foi a organização da oposição para levar à frente a luta que o sindicato não assumiria. E Curitiba passou a fazer parte da geografia política da classe operária.

Vitória dos metalúrgicos

Os metalúrgicos, mecânicos e trabalhadores em indústrias de

material elétrico consideram vitoriosa a greve que durou apenas dois dias, mobilizou toda a categoria, paralizou a metade e atingiu cerca de 60 fábricas, principalmente as empresas multinacionais localizadas na Cidade Industrial de Curitiba. O saldo foi muito bom neste dissídio coletivo: um índice superior ao concedido à categoria em São Paulo. A partir de dezembro os metalúrgicos de salários mais baixos estão recebendo 70% de aumento. Trabalhador com 10 anos de firma passa a ter estabilidade garantida, mesmo optando pelo FGTS, e gestante tem estabilidade por 13 meses. E quase que eles conseguem outra reivindicação muito importante: a inclusão do delegado sindical na empresa. Os seis juízes deram seus votos e empataram. No voto de Minerva, o presidente do TRT desempatou negando esse direito.

Para os empresários, a greve terá resultados ruins, dizem eles. Anunciam que muitas empresas poderão se mudar para Santa Catarina, porque não agüentarão uma folha de pa-



Ainda em Curitiba, 30 mil peões da construção civil em greve.

Mulheres se encontram para falar de política

"Somos 66 milhões neste país, e estamos sendo chamadas a dar nossa contribuição para que essa situação mude. Temos a certeza de que não haverá mudança firme, segura e que dure, se não houver a participação também das mulheres".

Desta forma, a deputada paulista Irma Passoni e a vereadora Ivone, de São Bernardo do Campo, convocaram o encontro sobre a participação política da mulher, realizado no dia 2 de dezembro. Participaram aproximadamente 500 mulheres, sobretudo da periferia da Grande São Paulo.

Para começar, várias mulheres falaram das lutas em curso, contra a carestia, por creches, moradia, luz, asfalto. Em todas, a participação feminina é decisiva. São elas que

têm ido às autoridades. E por que muitas vezes não são atendidas? As mulheres concluíram no encontro que "as autoridades têm medo de nós, pois não são eleitas pelo povo, mas por meia dúzia, de paletó e colete". A saída, dizem, "é participar cada vez mais, pois assim tomamos consciência de nossa força. Organizar para poder eleger, cobrar e até tirar, se preciso for. Unir todas as nossas forças contra o nosso maior inimigo, que é a ditadura".

Homens e mulheres encontram dificuldades para participar nas lutas do povo, mas "para a mulher ainda é mais difícil, pois ela trabalha fora e dentro de casa, isto é, tem uma dupla jornada de trabalho. Às vezes o marido é machista e não permite que ela entre nas

lutas. Outras vezes ele participa demais e não dá tempo para a mulher participar. Não tem quem cuide das crianças, pois não há creches". Mas para a maioria dessas dificuldades, a mulher já aponta soluções: dividir com o marido o serviço de casa. Além do mais, dizem: "Temos que criar novas formas de luta, nos bairros e sindicatos, criando departamentos e organizações femininas para facilitar que um maior número de mulheres participe".

O importante é que a mulher "tem que entrar na luta do povo, porque se não ela está fazendo a defesa dessa ditadura que está aí".

Finalmente, as participantes concluíram que é necessário preparar um encontro nacional sobre a participação política da mulher.

Gaúchos se movimentam no campo e na cidade



Camponeses gaúchos reúnem-se em Miraguai.

Quem paga tem direito a médico «Mas onde é que nós estamos gente? Nós vamos ter que subir pras coxilhas de foice e invadir os hospitais para conseguir assistência ou então ficar tomando chá de erva?». Com este sentimento os pequenos agricultores de Miraguai, Alto Uruguai, já realizaram três assembleias para conseguir assistência médica. E foram com faixas até Porto Alegre, distante 448 quilômetros.

Eles dizem que o médico que os atende «não dá nem pra veterinário porque periga

matar toda a criação». Querem ser atendidos em hospital. Descontam 2,5% da sua produção para o Funrural mas nem assim têm direito a uma assistência decente. E denunciavam: «O Funrural é outra maneira de meter a mão no bolso do agricultor». Na cidade vizinha de Frederico Westphalen também começou uma movimentação semelhante. Os lavradores do Alto Uruguai sobrevivem às duras penas em seus minúsculos lotes de terra e estão perdendo a paciência. Já advertiram que é a última vez que largam suas plantações «para resolver o problema por bem».

Em Peotas nasce a Vila Resistência.

No início eram dez famílias. Hoje são 60 que ocuparam um loteamento no Bairro da Balsa, Pelotas, Rio

Grande do Sul. Todos operários de salário-pouco, que dividiram os lotes e construíram suas casas. Agora o prefeito quer tirá-los de lá. Mas está encontrando resistência.

Numa reunião, com a presença solidária do presidente da União de Bairros de Pelotas, a decisão foi tomada: «A prefeitura não veio no início e agora que o loteamento está pronto eles querem mexer. Todos juntos somos fortes. Se ninguém sair a prefeitura não pode fazer nada. Ninguém sai. Se nós nos unirmos poderemos chegar neles. Nós, operários, nós pequenos, nós vamos chegar neles».

A luta já é considerada histórica em Pelotas. Para que todos lembrem sempre da batalha que foi travada para conseguir as casas, foi proposto que a vila passe a se chamar «Vila Resistência» ou «Vila Finca Pé».

(Anita Correa, RS)

gamentos tão elevada. E prevêem desemprego. Velhas alegações, surradas pelo uso e pelo descrédito, quando se sabe que o arrocho salarial cobrou uma progressiva perda do salário real dos trabalhadores.

Uma greve mandada pela fome

Na segunda-feira, 19 de novembro, foi a vez dos trabalhadores da construção. A princípio eram apenas 500. No dia seguinte, quatro mil. Na quarta, quinze mil operários da construção civil de Curitiba estavam em greve. O crescimento do movimento, que surgiu sem comando, foi espantoso. Mesmo tendo contra ela a justiça do trabalho, a polícia e o próprio sindicato da categoria, que só aderiu quando as autoridades perceberam que era necessário um intermediário de confiança para negociar com a massa, que invadiu o centro da cidade expondo sua revolta contra os salários de fome.

Dos bairros para o centro foi crescendo a massa que se dirigia à praça Zacharias, sede do Sindicato. Por onde passavam iam levando companheiros, que não necessitavam de muitos argumentos para se convencer de que a vida é impossível com o que ganham e que chegou a hora de fazer algo para modificar essa situação.

Pelego, patrão e polícia em ação

Existem em Curitiba 30 mil trabalhadores na construção civil, e apenas seis mil deles são sindicalizados. O Sindicato, restes últimos 10 anos vem sendo dirigido por um mesmo pelego, Agnaldo Ramos Forbeci, destas figuras do sindicalismo gestadas e conservadas pelo arbítrio. Tão preocupado quanto os empresários, as autoridades trabalhistas e a polícia, ele procurou demover os trabalhadores. Invocou a ilegalidade da greve, os riscos que ela envolvia e se declarou omissa. Como resposta, ouviu que passar fome também não é legal.

A greve continuou e Agnaldo aderiu como moderador, pouco eficiente, aliás, diante de quinze mil pessoas que queriam no mínimo 80% de aumento e

A UNE vai à luta

Após uma reunião com 35 entidades estudantis de todo o Brasil, a diretoria da UNE concedeu uma entrevista à Tribuna.

TO — Quais os principais problemas, hoje, nas universidades?

UNE — O ensino universitário tem uma grande responsabilidade social. É daí que vão sair os técnicos especializados, os cientistas, professores, etc. Mas a universidade não tem cumprido esta tarefa. Ela atravessa uma grave crise, não tem instalações e laboratórios adequados, não paga salários suficientes aos professores.

TO — A universidade está sendo dirigida erradamente?

UNE — Sim. Além de ser voltada para os interesses dos monopólios, ela é fechada para a maioria do nosso povo. Só permite o ingresso de uma elite. Hoje, 90% do ensino universitário é pago. E com anuidades caríssimas, em média 5 a 6 e até 9 mil cruzeiros.

TO — O que fazer para enfrentar essa situação?

UNE — O governo é que tem que assumir os gastos com

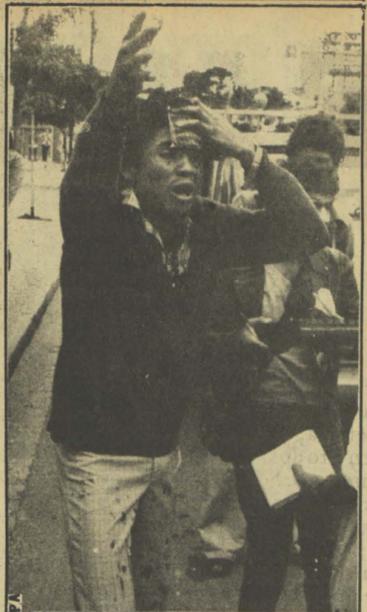
Esses o prefeito recebe

Pobre, quando tem problema no bairro, tem de partir para a luta, e às vezes nem assim é ouvido. Mas com os ricos é diferente.

No último dia 23, vinte e cinco moradores dos ultra-luxuosos Jardins Europa e Paulistano, em São Paulo, encaminharam à sua maneira uma reivindicação. Não queriam casas de comércio perto de suas residências.

O grupo foi logo ao governador, Paulo Maluf, aliás, vizinho e amigo íntimo dos queixosos. Entre beijinhos e gentilezas de salão, Maluf encaminhava-se ao prefeito: «Reynaldo de Barros, estou lhe mandando um grupo de moradores dos jardins. Conversa direitinho com elas...»

O prefeito queixou-se: «Tenho a maioria da Câmara, composta por emedebistas, con-



Dia 28, terça-feira, a polícia investiu contra os operários da construção civil. Prendeu mais de cem e feriu dezenas. Entre eles o operário Benedito Alves dos Santos (foto).

que não estavam dispostas a levar em conta a data (maio) do dissídio da categoria. Os patrões, diante das evidências e dos números, foram obrigados a reconhecer que seus empregados ganham muito pouco. E repassaram a responsabilidade ao governo. Uma tese muito grata para um setor habituado aos bons negócios respaldados pela verba polpuda do BNH.

A polícia, chamada para garantir a ordem e a propriedade, apresentou um esquema ostensivo. Batalhões de choque acompanharam o movimento, mas os trabalhadores não se intimidavam e continuavam a gritar pelos 80%. Alguns trabalhadores foram presos e a polícia confessou que procurava identificar os líderes para cortar pela cabeça a manifestação. Mas as cenas de violência não provocaram o recuo. Dizia um operário: «A isso estamos acostumados. Onde eu moro a polícia faz isso todos os dias». (Sucursal de Curitiba)

educação. O ensino deve ser gratuito em todos os níveis. O governo precisa aumentar as verbas para a educação, e não diminuir, como tem feito. E todos, estudantes e professores, precisam participar de suas decisões, democraticamente.

TO — Em relação à luta pela anistia, o que a UNE pensa?

UNE — Continuamos a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Queremos a libertação de todos os presos políticos e o retorno de todos os exilados. Lutamos contra o enquadramento de colegas nossos na Lei de Segurança Nacional. Queremos a reintegração na universidade de todos os nossos professores cassados. Exigimos o esclarecimento da situação de todos os nossos colegas desaparecidos, como Honestino.

TO — Sempre que a UNE precisar, as páginas de nosso jornal estão à disposição.

UNE — Queremos aproveitar para enviar através da Tribuna Operária uma saudação a todos os trabalhadores brasileiros. E nos congratulamos com o surgimento deste novo jornal, que se coloca ao lado dos operários.

tra mim. Eles podem vetar qualquer ato meu, e vocês sabem que a maioria tem um nível de escolaridade baixíssimo... Tive até de colocar o nome daquele terrorista, Vladimir Herzog, numa rua, projeto que o prefeito anterior tinha conseguido vetar com o AI-5". Ocorre que, por coincidência, o prefeito também mora nos jardins. E garantiu atender às vizinhas, nem que seja com algum truque para burlar a lei.

Por garantia, o grupo decidiu ir também ao general Milton Tavares, comandante do II Exército, que decide sobre problemas de bairro. Mas os distintos moradores dos jardins podem ficar tranquilos. Eles têm sobrenomes poderosos, como Matarazzo, Reuter, Prado Guimarães, Leme Klabin. Bastam eles para conseguir tudo.

E AGORA DELFIM?

As «mágicas» de Delfim Neto só agravam a crise.
O povo não aguenta mais e manda um recado: Basta!

Com os aumentos de preço dos últimos dias — gasolina, leite, ônibus, energia elétrica, etc. — a inflação rompeu todos os controles e já ameaça chegar aos 80% até o fim do ano, e deverá continuar em disparada no ano que vem. Os salários dos trabalhadores valem cada dia menos e os reajustes salariais não compensam o que a carestia toma. O povo não se conforma, ainda mais porque o governo tudo faz para salvar os lucros dos capitalistas, enquanto continua a jogar todos os encargos sobre os assalariados, através do aumento de preços e do aumento dos impostos.

Mas o governo também já dá sinais de desespero porque não consegue mais controlar a crise. É que o tipo de economia que os governos militares implantaram no País nos últimos quinze anos está falido, não funciona mais. Baseou-se na produção de automóveis, de caminhões, de máquinas pesadas e caras para a agricultura, tudo produzido por monopólios estrangeiros e locais, tudo dependente de petróleo, cujo consumo aumentou rapidamente nesse período.

Agora, chegou-se ao dilema: a indústria não pode crescer porque o petróleo e os equipamentos importados ficaram caros demais. Para a agricultura crescer também é preciso petróleo. E a dívida com os banqueiros internacionais é tão grande que o Brasil precisa exportar cada vez mais produtos agrícolas e industriais, para tentar se equilibrar. Mas também não consegue aumentar muito as exportações, porque o mercado internacional está se fechando



cada vez mais, pois os outros países capitalistas também estão em crise. É um beco. O futuro dirá se tem saída.

Capital estrangeiro vai engolindo tudo

Enquanto isso, o capital estrangeiro vai-se tornando, cada vez mais, o verdadeiro dirigente de nossa economia, vai-se apossando de nossas riquezas e explorando ainda mais os trabalhadores para aproveitar o máximo possível essa situação em que o Brasil se converteu

em um vassalo das multinacionais. Na semana passada, Delfim Neto, ministro do Planejamento, corria o Oriente Médio suplicando mais petróleo. E Rischbieter, ministro da Fazenda, foi a Londres arranjar empréstimo de 1,2 bilhão de dólares, que só conseguiu dando aval do Tesouro Nacional, coisa que não acontecia há anos. E submetendo-se a juros de quase 20%.

Ao mesmo tempo, Figueiredo se desesperava. Dizia que, no ano que vem, o Brasil vai gastar 11 bilhões de dólares

para comprar petróleo. E mais 9 bilhões com as outras importações. Quando muito, conseguirá fazer exportações no valor de 17 bilhões de dólares. O que resultará num déficit de 3 bilhões de dólares. E ainda: terá de pagar 7 bilhões de dólares de prestações vencidas da dívida externa, mais 7 bilhões de juros da dívida, royalties, assistência técnica e outras despesas.

Juntando tudo, terá que arrumar entre 15 e 17 bilhões de dólares de empréstimos para fazer frente a esses compromissos. Ora, como a dívida externa já está, atualmente, por volta de 50 bilhões de dólares, há previsões de que ela saltará para mais de 65 bilhões. Uma quantia fabulosa!

Mágicas de Delfim agravam a crise

As soluções «geniais» de Delfim Neto para sair da crise não estão dando certo. Decidiu que a agricultura seria a salvação. Prometeu uma grande safra. Mas, na verdade, a safra só será grande para os produtos de exportação, como soja, e para a produção de álcool de cana, para servir de combustível. Essas plantações, que receberam farto crédito, estão invadindo as terras, acabando com a plantação de alimentos para o nosso povo, e expulsando pequenos produtores e trabalhadores rurais, concentrando ainda mais a renda. Além disso, a safra exige adubos, óleo para os tratores e caminhões — tudo importado — o que fará com que os produtos cheguem caros ao consumidor e aumentará ainda mais a inflação e a dívida externa.

Resultado: a inflação vai continuar a crescer; o povo está mais pobre do que em qualquer época anterior; o País está entregue de mãos amarradas ao capital estrangeiro. Já não há mais «milagres». De tanto repetir o mesmo truque — abrir as portas aos monopólios e arrancar o couro do povo — a ditadura chegou ao fundo do poço. E está recebendo um recado muito claro do povo: para tudo há um limite!

Simonsen vai «entregar o ouro»

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen, que mandou na economia nacional durante todo o governo Geisel e o início do de Figueiredo, acaba de ser nomeado membro da diretoria da Citicorp. Esta é uma das maiores multinacionais do mundo, de capital norte-americano, que controla inúmeras empresas. Entre elas, o Citibank, que é o segundo maior banco dos Estados Unidos. Esse banco é o maior credor individual do Brasil: cerca de 20% de toda a dívida do Brasil é com o Citibank. É um grande explorador do trabalho do povo brasileiro: em 1978, um terço do lucro do Citibank, fora dos Estados Unidos, foi obtido no Brasil.

A ida de Simonsen para a diretoria desse monopólio é mais grave porque Simonsen está a par de todas as informações sobre a economia brasileira, muitas das quais deveriam ser secretas para os estrangeiros. Se é que algum dia foram secretas, a partir de agora deixarão de ser... Afirma-se que ele se vendeu ao Citicorp por um salário de 1 milhão de cruzeiros por mês. Interrogado por jornalistas, não confirmou, mas também não desmentiu.

Esta é mais uma prova de que nosso país encontra-se nas mãos dos capitais estrangeiros. O governo nem se manifestou. O que evidencia seu compromisso com os interesses multinacionais. Na verdade, Simonsen está longe de ser o único servidor do imperialismo. Agora mesmo, a Dow Química, cujo presidente honorário é o general Golbery do Couto e Silva, ministro-chefe da Casa Civil de Figueiredo, está a caminho de conquistar mais um favor do governo, a implantação de uma fábrica no pólo petroquímico de Aratu, na Bahia, (Carlos Azevedo Mário Fonseca)

Um pacto para segurar as greves

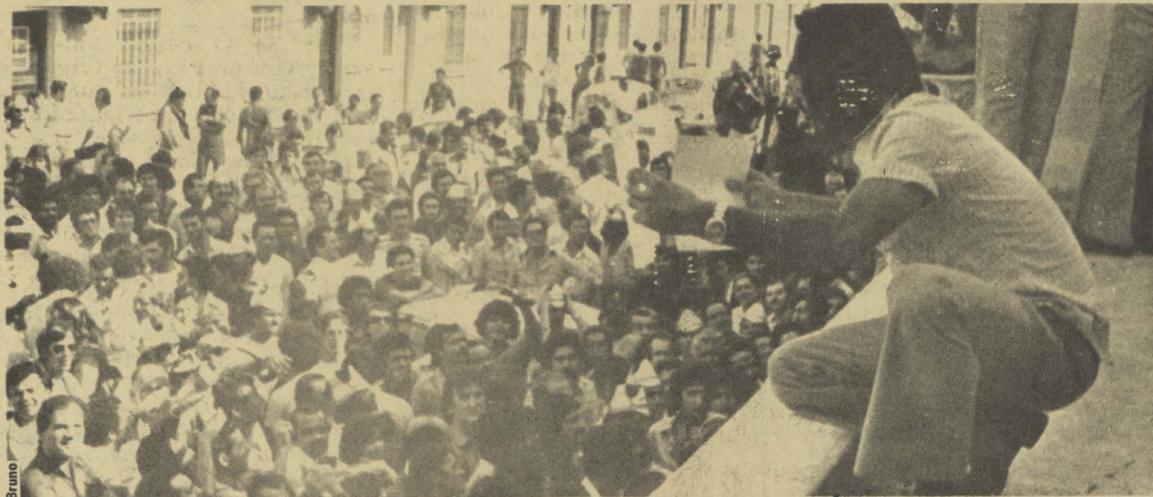
Quem deu a notícia foi Delfim Neto, o ministro do Planejamento. Assim como quem não quer nada, ele revelou que havia se reunido secretamente com líderes sindicais para negociar um «pacto social», pelo qual os trabalhadores se comprometiam a ficar dois anos sem fazer greve e o governo daria reajustes pelo índice oficial (sempre inferior à inflação), mais 4% de «aumento de produtividade».

O fato provocou surpresa nos meios operários. E mais ainda porque se dizia que líderes sindicais autênticos, como Luís Inácio da Silva, dos metalúrgicos de São Bernardo, estavam participando das negociações.

Não que seja inadmissível negociar com os patrões e seu governo. Os trabalhadores sabem por experiência própria que é insensato querer transformar cada luta na batalha final contra os exploradores. Há os compromissos que são justos, porque ajudam os trabalhadores a acumular forças. E há os que são inaceitáveis, porque reforçam as posições da exploração. Neste caso, muitos operários, inclusive metalúrgicos de São Bernardo, estranharam o segredo que encobriu as conversações. E, quando o assunto veio a público, as bases se pronunciaram contra o pacto de Delfim. A mesma posição foi assumida de público tanto por Lula como por Jacó Bittar, Olívio Dutra, João Pires, Arnaldo Gonçalves e outros dirigentes sindicais. As esperanças ministeriais empalideceram.

A crise social na rua

O pacto proposto é mais um sintoma de que o governo



A greve dos taxis em São Paulo, parte do movimento que o governo jurou vencer.

Figueiredo teme afogar-se nas ondas da crise econômica, social e política. Ainda há pouco, ninguém falava em «pactos». Para quê? Os ricos enriqueciam em paz, os pobres empobreciam em silêncio. O Brasil — dizia o governo — era «uma ilha de tranquilidade» em nosso mundo agitado.

Mas a luta, a luta de classes, existiu sempre. E agora entrou numa nova fase. As panelas vazias empurraram milhões de brasileiros pobres para a ação. Abriu-se um ciclo grevista de grande fôlego, que ainda no último mês paralisou metalúrgicos, eletricitários, operários da construção, motoristas de táxi e de ônibus, professores. Choques entre piquetes e a polícia tornaram-se frequentes. Os fatos desmentiram até agora as previsões de um esvaziamento dos confrontos de classe. Quem diria que os choferes de táxi seriam capazes de fazer uma greve praticamente em escala nacional? Quem diria que a pacata Curitiba ia entrar tão

depressa e tão impetuosamente na dança das lutas operárias? Quem diria que o povo de Florianópolis desafiaria de frente o gal Figueiredo, a ponto de fazê-lo perder as estribeiras?

Estes são os fatos. A crise social tornou-se aberta.

«As revoluções acontecem assim»

Não foi por outra razão que Carlos Chagas escreveu no «Estado de S. Paulo»: «O agravamento das condições sociais, sem respostas imediatas, breve determinará uma espécie de cerco aos clubes fechados em que nos colocamos». E mais: «As massas marginalizadas encontram-se em vias de caminhar da periferia em direção ao centro, dizendo que não dá mais, que vão parar. As revoluções acontecem assim».

E qual a saída que as elites dos «clubes fechados» apresentaram para as «massas marginalizadas»? Nenhuma. Foi o que Figueiredo disse, com todas as letras, ao jornalistas, no Rio de Janeiro.

banqueiros, industriais e fazendeiros estavam na ofensiva, era a contra-atacar, o governo acha que é hora de uma trégua.

Jornalistas em campanha salarial

Os jornalistas de todo o Estado de São Paulo estão em campanha salarial reivindicando um piso salarial de Cr\$ 14.400,00 para a capital e mais dez cidades do interior, de Cr\$ 11.700,00 para as cidades intermediárias, de Cr\$ 7.200,00 para as cidades menores e 15% de aumento além do índice oficial sobre a data base de dezembro de 1978.

A proposta apresentada aos sindicatos patronais (dos donos de jornais e de rádio e tv) inclui a regulamentação da figura do delegado sindical, o aumento do período de estabilidade para a gestante, creches em todas as empresas, não-punição a jornalistas que participam da campanha salarial e outras reivindicações.

Visitas às redações, escolha de delegados para funcionarem junto à comissão de salário, discussões nos locais de trabalho, concentração na porta do sindicato patronal e assembleias são as formas de luta que estão sendo utilizadas pelo sindicato.

Mas tudo leva a crer que os jornalistas irão a dissídio, porque a inflexibilidade patronal nos diálogos com a comissão de negociação não abre perspectivas para outro caminho. No mais recente contato entre a comissão e os patrões, estes ofereceram 2% ao invés dos 15% pleiteados, e nenhuma elevação para o piso salarial.

Fala o Povo

Continua a aumentar o número de cartas para esta seção. Também a sua qualidade vem se elevando. Renovamos nosso apelo aos correspondentes voluntários para escreverem relatando acontecimentos e lutas concretas. E para que se esforcem para não se alongar. Procuraremos publicar integralmente as cartas, fazendo cortes apenas em pontos que não sejam essenciais a fim de garantir espaço a todos. Nosso endereço em São Paulo é rua Beneficência Portuguesa, 44 - sala 216 - CEP 01033. E da nossa sucursal do Rio de Janeiro, rua Joaquim Silva, 11 - Sala 307 - Lapa - CEP 20241. Pela coordenação: **Olivia Rangel.**



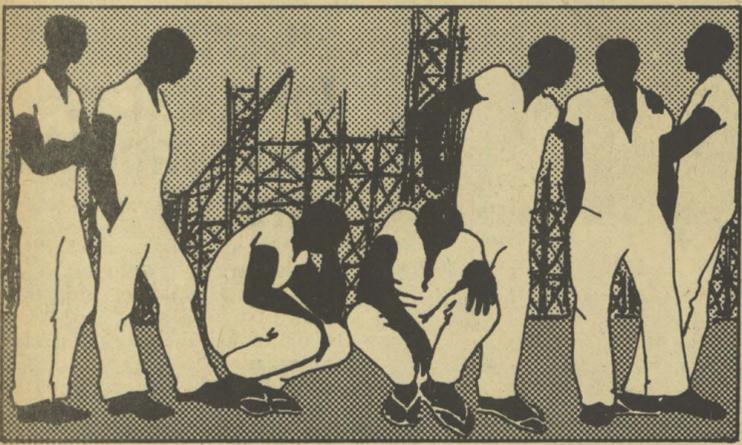
Solidariedade com os grevistas

Em Salvador, uma assembléia com representantes de 30 bairros populares aprovou uma mensagem ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, à família do operário Santo Dias da Silva e à Pastoral Operária.

«Aqui, em Salvador, ficamos muito tristes em vermos mais um filho do povo sendo barbaramente assassinado. Por outro lado, aumentou nossa revolta e disposição de continuarmos a luta, até que a injustiça e a exploração sejam varridas de nosso país. (...) Todo esse horror acontece justamente quando os governantes do País afirmam que estamos vivendo um clima de «abertura» e de «redemocratização», quando o Presidente da República vem a público afirmar que está com a mão estendida à conciliação. É preciso termos cuidado, companheiros, para não nos enganarmos. Não é esta a democracia que queremos. (...) A democracia que queremos e construiremos é a do PÃO farto sobre as nossas mesas, é a da TERRA que quem nela trabalha e a LIBERDADE para o povo». (Trabalho Conjunto de Bairros de Salvador - Bahia)

No Rio de Janeiro, 11 entidades assinaram um COMUNICADO

AO POVO, afirmando: «É com profunda indignação que o povo brasileiro assiste a mais um ato criminoso e violento do governo (...). O operário Santo Dias da Silva foi assassinado porque teve a coragem de erguer a cabeça e acreditar que só a luta dos trabalhadores e do povo pode assegurar a justiça para todos. (...) Nesse grave momento vimos de público manifestar nossa integral solidariedade aos companheiros metalúrgicos de São Paulo. E, mais do que isso, o compromisso de prosseguirmos a luta de todos os explorados e oprimidos, que é a luta dos mártires que deram a sua vida pela redenção da classe operária». **Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu; Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu; Clubes de Mães de Nova Iguaçu; Pastoral Operária de Nova Iguaçu; Pastoral do Trabalhador do RJ; Pastoral da Terra - Regional RJ; Pastoral Vocacional da Diocese de Nova Iguaçu; Centro Estadual de Professores - Núcleo Nova Iguaçu; Comitê dos Jovens da Diocese de Nova Iguaçu; Comitê Brasileiro de Anistia - Núcleo Nova Iguaçu.**



Operários enganados por pelego

Partindo para a luta de forma desorganizada, devido à ineficiente atuação do sindicato da categoria, os operários das indústrias de construção civil de Alagoas (mais de 20 mil em todo o Estado), sendo apenas pouco mais de 6 mil sindicalizados) não conseguiram ser atendidos em suas reivindicações. E além disso, agora enfrentam outro grave problema: estão sendo demitidos em massa.

Reunidos em assembléia geral permanente nos dias 5, 6 e 7 de novembro, no Palácio do Trabalhador, os operários exigiam aumento de 50% para os que recebiam abaixo de 3 salários mínimos e de 40% para os que ganhavam acima. Os patrões, que se utilizaram da «mediação» da DRT - Mantiveram-se, a princípio, intransigentes na contra-proposta de «nem um centavo além de 30 e 20% respectivamente». (...) Te-

mentado que os trabalhadores concretizassem sua ameaça de paralisação geral nos canteiros de obras, a classe patronal recebeu um pouco em sua proposta inicial e decidiu apresentar outra contra-proposta: sobre os índices do governo, 15% para os que ganhavam um salário mínimo regional e 10% para os que ganhavam mais. (...).

Desmobilizados e fracos e, já temendo o desemprego, os operários não encontraram outra alternativa, senão a de aceitar a contra-proposta patronal e retornar ao trabalho. Mas mesmo aceitando a oferta dos patrões, os operários, logo no dia seguinte, começaram a ser demitidos em massa por «justa causa». A primeira a dar início às demissões foi a firma Conenge (...).

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indús-

trias de Construção Civil de Alagoas, Expedito Santos, não tendo como reativar a assembléia-geral por estarem os operários, além de desorganizados, já desconsolados com a falta de êxito do movimento limitou-se a manter contato com os dirigentes das indústrias para tentar negociar a volta dos trabalhadores. Não obteve êxito na tentativa, e as fileiras dos desempregados de Alagoas foram ampliadas. O problema do desemprego em Alagoas é tão grave que nos canteiros de obras muitos permaneciam de prontidão, na esperança de serem admitidos assim que fossem iniciadas as demissões.

O tipo de mobilização levado à prática pela diretoria do sindicato demonstrou sua ineficácia. A diretoria — temendo sofrer nova intervenção, limitou-se a convocar os operários para assembléia permanente, evitando a deflagração de uma greve com a realização de piquetes. (Zé Luis Pompe - Maceió, Alagoas)

Canto da Mata

A ti combatente e herói/
Que o sangue como a chuva/
Lavou a terra/ E fez brotar sua
cor nos olhos/ E no coração do
povo./ Como se a vida gemesse/
Quieta e surda./ Surgiu dos
melhores/ Filhos da mata-
Araguaia Revolucionária/
Araguaia que o Povo cante/
Araguaia que / Levante/
Araguaia. **BALUARTE HISTÓRICO/ DOS NOSSOS HERÓIS.** (José da Silva. SP)

A ditadura é inimiga dos motoristas e cobradores

A «abertura» dos gerais acaba de desabar mais uma vez, impedindo a posse da nova diretoria do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de São Paulo, Osasco e Itapeverica da Serra. A chapa vitoriosa disputou as eleições com outras duas, obtendo 60% dos votos. A chapa da situação, encabeçada pelo interventor Afonso Teixeira Filho, só conseguiu 33% dos votos. Inconformado com a decisão dos trabalhadores, o interventor pediu ajuda à Justiça Federal, que trabalhando a toque de caixa, avisou por telefone poucos minutos antes da posse, que a nova diretoria não podia assumir o cargo. No mandato de segurança encaminhado à 4ª vara da Justiça Federal, Afonso Teixeira acusa a chapa eleita de ser «subversiva».

Esta não é a primeira vez que a ditadura socorre pelegos. Todos se lembram das eleições no Sindicato dos Metalúrgicos,

Notícia sobre a luta dos gráficos de Salvador

A partir do final agosto os operários gráficos de Salvador realizaram a campanha salarial com data-base em 1º de novembro.

A campanha foi boa, chegando a ter assembléia com 700 operários (a categoria tem pouco mais de 3.000), o que não acontecia desde 1958 quando foi realizada a última greve dos gráficos. Durante estes 21 anos só recebemos o índice do governo.

Nossas reivindicações eram as seguintes: 80% até 5.000; 75% de 5 a 10.000 e 65% de 10 mil acima. Chegamos a realizar uma greve branca, marcamos uma assembléia no horário de trabalho e daí tiramos a proposta de greve e fizemos comissões de comando, fundos e piquete. Os patrões, que antes estavam em 55% 50% e o índice do governo, para os mesmas faixas, subiram para 66% até três salários mínimos, 59% de três a dez salários, e o índice do governo acima de 10 salários. Mas, aproveitando-se da nova

Homenagem a Diógenes Arruda

Escrevo esta para prestar uma última homenagem a um dos maiores homens do Brasil, Diógenes Arruda.

Nos grandes jornais foi pequena a repercussão do falecimento de Diógenes Arruda. Não é de estranhar. Alegre, confiante, estudioso, ele dedicou, como poucos, sua vida à mais justa das causas: a LIBERDADE. Este grande lutador sempre foi combatido e ameaçado pelos grandes e menores. Tudo lhe negaram. Enquanto outros exilados ganhavam primeiras páginas e reportagens em revistas, falando sobre integração com a natureza ou sobre Constituinte com Figueiredo, Arruda era deixado de lado propositada-

mente. Suas entrevistas quase nunca foram publicadas. Mas o que esperar da grande imprensa? Ela sabe quais são os verdadeiros revolucionários e o tratamento que lhes dispensa é o total desprezo. Arruda nunca se amedrontou com isso. Pelo contrário, levantou alto a bandeira da luta. Infelizmente seu coração torturado não agüentou a emoção de ver o retorno dos amigos. Não, Arruda não morreu de enfarte. Foi assassinado. Assassinado pelos torturadores que hoje seguem impunes. Sua morte clama justiça. Mas seus assassinos não perdem por esperar; e o exemplo que ele nos deixou é um alento para todos.

(Um amigo de Curitiba.)

Drama de índios na cidade

Li no jornal «O Estado de S. Paulo» um artigo sobre a situação dos índios que moram na zona sul de São Paulo, na estrada de M'Boi Mirim. A situação desses índios é muito séria. Por isso, peço que publiquem trechos desse artigo como denúncia dessa situação e para informar o povo da região do que está ocorrendo.

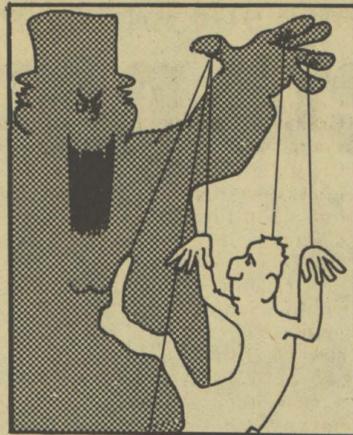
«Os 30 índios guaranis que, há 11 anos, vivem no Instituto Rural D. Agnelo Rossi, na Estrada do M'Boi Mirim, perderam a paz. Protegidos desde então pelo padre José Ceschivici —, eles querem, agora, defender sua permanência no alojamento. Dizendo-se ameaçados de expulsão pelo padre Victor Ribeiro, atual vigário da Paróquia de Socorro, na zona sul, os guaranis prometem lutar «com arco e flechas, se for preciso».

No dia 6/11, pela manhã, o cacique e seus filhos aguardam a visita que o vigário

dará a visita que o vigário prometera fazer ao alojamento. Na oportunidade, eles pretendiam expor as razões pelas quais querem continuar no Instituto (...) Mas o padre Vitor Nickelsburg não apareceu.

Avaju reconhece não ser proprietário de papel passado do alojamento mas recorda que os guaranis foram os primeiros habitantes do Brasil e por essa razão também fazem parte da grande Nação, tendo o direito de viver em qualquer parte — desde que não incomodem ninguém».

Não são só os índios que esse padre Vitor quer expulsar de suas moradias; ele já expulsou uma família que morava na Vila Calu e agora quer expulsar uma família da Capela I. Ele já ameaçou até chamar a polícia para tirar essa família do lugar onde mora. (Pereira de Sá - Jardim Capela)



quando os indícios de fraude eram tão claros que até um delegado do Trabalho reconheceu isso. Mas com a ajuda do Ministro do Trabalho, Joaquinção, o pelego, continuou no cargo de Presidente.

O programa da vitoriosa chapa 3 defende a elevação dos salários, melhores condições de

vida, anistia ampla e irrestrita e uma Constituinte democrática e soberana, livremente eleita, o que deve ter contrariado os planos de conciliação dos generais da ditadura e seus aliados.

A advogada da chapa eleita, Gilda Graciano, já entrou com recurso, pedindo a anulação da liminar arbitrária que garantiu a sobrevivência momentânea dos pelegos interventores. Será que a Justiça agirá com a rapidez com que agiu no caso anterior?

Alguns companheiros, revoltados com justa razão, estão propondo que a categoria deflagre uma greve geral para fazer valer seus legítimos direitos, caso a decisão da Justiça não garanta a posse de nossos representantes. É a combatividade de nossa categoria que nos dá certeza de que seremos vitoriosos, mais cedo ou mais tarde.

(Um grupo de motoristas e cobradores)

Por isso tudo podemos ver

que os patrões, além de grande exploradores, são grandes ladrões e têm ao seu lado o governo, que reprime nossos movimentos, diz que as greves são ilegais, mas não considera ilegal o salário que recebemos nem as irregularidades a que somos submetidos. Chegam mesmo a matar operários que reivindicam melhores condições de vida e trabalho; além das inúmeras demissões. É assim, e não de outro jeito, que eles estendem a mão.

É isto, companheiros trabalhadores de todo o Brasil. Cada categoria tem lutado firmemente contra a exploração; precisamos nos juntar; nós construímos a riqueza deste país e não temos direito a nada. Se possas lutas até hoje têm sido grandes, pela frente serão muito maiores; por isso vamos unir a força de cada categoria em uma única e organizada luta, que assim vencerá uma vez por todas. Um gráfico - Salvador.

Violência e miséria são irmãs gêmeas do regime

Num povoado no norte do País um helicóptero sobrevoa casas de camponeses, lançando bombas e granadas, assassinando e ferindo homens, mulheres e crianças; os tripulantes do tenebroso pássaro celeste são policiais militares; no interior da Bahia, tropas da polícia militar invadem roças expulsando seus moradores com ameaças de prisão e morte, caso permaneçam em suas casas; em São Paulo, ocupantes de uma viatura policial recolhem os utensílios dos barracos de uma favela, destruindo casas construídas de pedaços de tábuas e latas; numa delegacia, policiais civis e militares surram um detido e, depois de pendurá-lo no "pau-de-arara", aplicam torturas brutais com descargas elétricas e queimaduras de velas e cigarros acesos; um grupo de estudantes que distribui convocatórias convidando a população para receber mais um brasileiro que volta do exílio é cercado por viaturas policiais e sob a mira de armas são conduzidos ao DOPS, onde são humilhados e ofendidos; uma diretoria sindical, eleita pelos trabalhadores, é impedida de tomar posse por força de uma liminar despachada por alguma vara da justiça; um jornal da imprensa independente é retirado das bancas por agentes federais, por noticiar um fato verdadeiro, uma cena de depravação moral; num piquete pacífico de grevistas, policiais militares disparam suas armas sobre os trabalhadores, assassinando o operário Santo Dias da Silva.

Em todos os fatos narrados, quem usou de violência? Foi o povo? Foram os operários? Ou foi o aparelho policial militar



Operário Orocílio, da construção assassinado pela polícia de Minas.

da ditadura? A verdade foi apurada? Os responsáveis foram punidos?

A polícia encobre a verdade

Em depoimento na Assembléia Legislativa de SP, no dia 27 de novembro, o secretário de Segurança, Otávio Gonzaga Júnior, negou que houvesse autorizado a invasão de igrejas e sub-sedes de sindicatos, se dizendo "frontalmente contrário à violência" e que se dependesse dele "a polícia não interviria nas greves". Disse também que a polícia não usou violência, foi apenas "combativa", em meio a um sorriso irônico; na sua opinião foram os piquetes que usaram violência, "quebrando vidraças e entortando grades". Mas os fatos são fatos, e teimam em aparecer. Somente nos últimos meses, nove operários já foram assassinados, em todo o País, pelo aparelho policial da ditadura. Os artífices da chamada abertura se dizem favoráveis à paz e à tranquilidade social, mas se negam a apurar a verdade e punir os verdadeiros culpados.

Ditadura monopoliza violência

O monopólio da violência está nas mãos da ditadura, que representa interesses contrários aos trabalhadores; e seria ilusão — mera ilusão — imaginar que ela não usará toda sorte de violência para impedir a libertação do povo. A violência e a miséria são irmãs gêmeas do sistema social erigido sobre a exploração do homem pelo homem. Contra este fato concreto, real, objetivo, de nada adianta a boa vontade, seja dos pacifistas, dos conciliadores, dos religiosos ou do secretário de Segurança: Santo e seus companheiros estão mortos; as sub-sedes do sindicato foram invadidas e a igreja violentada. A classe operária entendeu — e entende — que estes não foram os primeiros e não serão os últimos heróis; outras mortes, violações e arbitrariedades serão cometidas. Devemos lutar para que isso não aconteça, assim como cuidamos da nossa saúde mesmo sabendo que a morte é inevitável. (Um operário amigo de Santo - SP)

Povo de Cajamar luta por moradia

No último dia 30, os trabalhadores e a gente simples de Cajamar, cidade situada no km 39 da rodovia S. Paulo-Campinas, comemoraram o aniversário da cidade de maneira diferente do que pensava o prefeito da cidade. Cerca de 500 pessoas portando faixas e gritando em coro a frase "casas para o povo", saíram da vila de Jordanésia e depois de andarem 4 km a pé chegaram na sede do município, realizando um ato público, onde o que mais se ouviu foi protesto contra o atual prefeito e o regime militar fascista. A fanfara contratada pelo prefeito tentou esvaziar o acontecimento, tocando dobrados a toda altura, mas a maioria dos presentes preferiu ouvir aqueles que defendem uma vida digna para os trabalhadores e o povo.

Nas últimas eleições, o então candidato a prefeito pela Arena, Manoel Alvares, hoje conhecido como Mané Promesinha, enganou o povo, prometendo lotes aos moradores das favelas.

Dona Elcina Santo Ribeiro, viúva com 75 anos, acompanhou a passeata a pé em tempo todo, recusando as caronas que alguns motoristas lhe ofereceram. Ela paga 2 mil de aluguel num barraco e recebe

de pensão por viuvez Cr\$1.360,00. Paga ainda de luz Cr\$250,00. Para poder sobreviver, lava roupa para fora a Cr\$30,00 a dúzia, o que lhe permite tirar mais Cr\$1.400,00 por mês. No fim, depois de pagar aluguel e luz, fica com Cr\$550,00 para se alimentar e vestir. Dona Justa Eleanora Espírito Santo, disse, com lágrimas nos olhos, que mora com 5 filhos num barraco e acorda todos os dias às 3 horas para vender amendoim e doces nas portas das fábricas; mas mesmo assim depende da ajuda de outros moradores. Dona Judite dos Santos Martins, ativa participante da Comissão de Trabalhadores pelo direito de Morar, fez um dos discursos mais aplaudidos. Ela conclamou os moradores a lutar até a vitória e lembrou que "o poder é do prefeito durante 4 anos, mas um dia será do povo toda a vida".

O ato público contou com a presença do deputado Sérgio dos Santos, do sindicalista Gino Resag e dos vereadores Hilário Lopes, Nelson Bezerra, Carlos Santos e Eurípedes Rama Pardo, todos do MDB, que manifestaram apoio à luta dos trabalhadores e do povo simples de Cajamar. (Um correspondente voluntário da TRIBUNA OPERÁRIA)



A população de Cajamar, São Paulo, nas ruas pelo direito de morar

Eleição dos marítimos: fraude

A eleição do Sindicato Nacional dos Taifeiros, iniciada no dia 12 de outubro, encerrou-se a 23 de novembro com os seguintes resultados:

chapa 1 - 535 votos
chapa 2 - 338 - votos
maioria absoluta - 567

Com o resultado desta apuração, não houve vencedor. A atual diretoria, que compõe a chapa 1, cujos elementos estão na direção do Sindicato há 15 anos, não ficou satisfeita com o resultado. Mas não pretende convocar outra eleição. O presidente do sindicato não conseguiu maioria absoluta, mesmo contando com todos os recursos fraudulentos: todos os fiscais das urnas do sindicato pertenciam à

chapa 1. A chapa de oposição não lhe foi concedido o direito de ter seu representante. A eleição foi fraudada pelos fiscais das urnas com autorização da Diretoria, que permitiu a colocação de votos em separado.

Estes votos são de associados que estão viajando para o exterior.

Denunciamos também que durante o período das eleições o associado votou com um policial do DOPS no sindicato: este policial veio a pedido do presidente do sindicato e dizia-se funcionário do Ministério do Trabalho. (A comissão de apoio à chapa 2 Oposição - Ass: Waldomiro Santos e Feliciano Walderley).

Poesia contra a carestia

Falando do custo de vida/ Sem dinheiro e sem guarda/ O povo sofre demais/ Não existe mais a paz/ Tudo é uma desgraça/ Que envolve toda a massa/ O povo de nossa terra/ Que sempre foi contra a guerra/

O leite, a carne e pão/ Farinha arroz e feijão/ E os outros cereais/ Não se pode comprar mais/ O coitado do brasileiro/ Que não possui dinheiro/ E não conta com a justiça/ Só se lembra da polícia

O custo do alimento/ Assim diz meu pensamento/ Está caro demais/ Os preços, o comerciante é quem faz/ O povo é injustiçado/ Prefere ficar calado/ Não sabe se defender/ Nem na hora de comer

A todos peço desculpas/ Pois não é por minha culpa/ Se alguém achou ruim/ Pois não sou Paulo Bonfim/ Nem Vinicius de Moraes/ Eu só quero é pensar mais/ Descobrir algo de novo/ Para servir o nosso povo.

(Poisés - Movimento contra a Carestia, zona Leste - SP)



O poeta popular



A polícia discrimina: o negro é sempre suspeito e sujeito a humilhações.

A marcha estava marcada para as 19 hs. Minutos antes, alguns dos componentes do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial já haviam sido abordados por policiais que estavam de serviço na Praça Ramos de Azevedo (centro de São Paulo) «— Você Trabalha?» — Claro que sim — respondeu Arnaldo Xavier ao PM que o abordou — sou técnico — sou negro, sou poeta».

As 19 hs., cerca de 500 pessoas iniciavam a Marcha por Igualdade Racial em comemoração ao Dia Nacional de Consciência Negra. Saindo da Praça Ramos, a marcha seguiu pelo viaduto do Chã até alcançar a rua Direita, com seus componentes gritando palavras de ordem como: «Queremos liberdade», «Viva Zumbi», «Abaixo o subemprego», «Mais Trabalho para o Negro», «Os nosso mal é a repressão policial», etc. Ao alcançarmos a

rua Direita, as lojas de discos — numa moção de apoio à marcha — introduziram em seus aparelhos de som a música de Geraldo Vandré «Prá não dizer que não falei das flores» (Caminhando). A marcha prosseguiu até a Praça da Sé, encerrando-se com um ato público nas escadarias da Catedral, onde falaram representantes do Movimento Negro Unificado; grupo «Nós Mulheres»; Grupo Afro-universitário da PUC; Centro da Mulher Brasileira; Sindicato dos Artistas e Técnicos e muito outros. Dentre os discursos, podemos destacar o de Celso Prudente, jornalista e sociólogo, diretor musical da Ópera Cabaret. Ele frisou que a luta não é só do negro, mas de todos os oprimidos.

As manifestações do Dia Nacional de Consciência Negra tiveram também destaque nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Vitória, etc. (...)

O dia 20 de novembro é uma data histórica na luta pela libertação do Negro. Nesta data — no ano de 1695 — morria Zumbi — o dirigente do Quilombo dos Palmares. (Geraldo Nascimento - SP)

A classe operária precisa dar as cartas do jogo

Filho de camponeses do interior da Paraíba, vindo, como todo bom nordestino, trabalhar na construção civil no Rio de Janeiro e atualmente trabalhando no SESC, fiquei bastante emocionado e orgulhoso ao surgir este jornal.

Há muito tempo que a classe operária e demais trabalhadores do Brasil necessitam de um jornal que seja seu. Um órgão que divulgue e analise a luta de todo o povo brasileiro, a partir de uma perspectiva da classe operária. Hoje é preciso mais do que nunca que a classe operária dê as cartas do jogo — apresentando o caminho mais justo para os setores democráticos e populares deste país, com o objetivo de derrubar a ditadura que aí está. Portanto, acredito que a "Tribuna



Operária" cumprirá seu papel, já que não há força no mundo que barre e impeça caminho histórico da classe operária e seus instrumentos

de luta. (José Alves Barbosa Filho — integrante da chapa de oposição à atual diretoria do SENALBA/RJ e presidente do Boletim dos Bairros do RJ)

Lendo o nº 1 da "Tribuna da Luta Operária" conclui gradualmente que a referida tribuna irá desempenhar um papel muito valioso para a expressão dos assuntos relativos aos interesses da classe operária. (Passos de Arydino UPI SP)

Temos que saudar um jornal que vem contribuir na continuidade das lutas operárias, levando suas bandeiras e lhes dando voz. Muitas vitórias para a "Tribuna da Luta Operária". (Vinicius Meyer Brenski - presidente do Centro Cívico Escolar "Prof. Eurico Figueiredo - Jaçanã, SP).

Nós, que estamos vivendo sob um regime de repressão, em que não temos liberdade de organização e pensamento, sentimos a necessidade de tornar cada vez mais fortes e coesos os movimentos populares, para alcançarmos um governo democrático. Quero agradecer à direção da "Tribuna Operária" por ter trazido mais força ao movimento popular. (José Mário Barreto Sodré - Bahia).

ANISTIA VAI ÀS FÁBRICAS, BAIRROS, SINDICATOS

Entrevista de Luis Eduardo Greenhalg, advogado de presos políticos, dirigente do Comitê Brasileiro pela Anistia seccção de São Paulo, e eleito, no II Congresso Nacional pela Anistia.

TO: Por que o CBA considera que chegou a hora de o movimento da anistia vincular-se mais aos movimentos das massas populares? Essa hora não teria chegado antes?

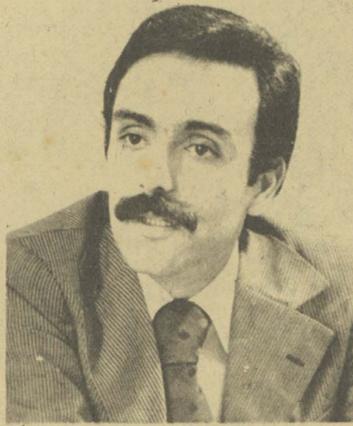
LE: Desde sua fundação o CBA se preocupa com o movimento democrático, popular e operário no Brasil. Mas é forçoso reconhecer que a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita começou em camadas mais intelectualizadas da sociedade (advogados, professores, médicos, etc.); e apenas uma pequena vanguarda do movimento operário e popular (oposição sindical, movimento contra a carestia, movimento dos loteamentos clandestinos, etc., participava dela. Paulatinamente esta participação foi crescendo.

Em novembro de 1978 realizou-se o I Congresso Nacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. A grande conclusão deste Congresso foi o reconhecimento de que a luta era elitizada e que era necessário popularizá-la.

Em março deste ano (78) ocorreu a greve do ABC. O governo reprimiu fortemente o movimento operário e destituiu as diretorias dos sindicatos do ABC por motivos políticos. Dessa forma, o governo transformou esse líderes sindicais em perseguidos políticos. Ou seja, eles passaram a ser sujeitos ativos e passivos da luta pela

anistia. O próprio governo acabou por popularizar nossa luta. O Comitê Brasileiro pela Anistia coordenou o comitê de apoio a esses dirigentes sindicais, juntamente com mais de 60 sindicatos. Realizamos assim o 1º de Maio Unificado. Lá o CBA usou da palavra e colocou o movimento pela anistia mais próximo das lutas populares. A luta pela anistia passou a mesclar-se com o movimento popular. O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo indicou um representante oficial para o comando de anistia.

A razão do movimento da anistia ter-se assentado em primeiro lugar na intelectualidade, mantendo certa distância do movimento operário e popular deve-se a que ela é uma luta eminentemente política; e a classe operária travava então uma luta eminentemente econômica. Já na recente greve dos metalúrgicos de São Paulo, o CBA se destacou no apoio, na solidariedade aos grevistas, funcionando 24 horas por dia. Isso aumentou a ligação. E o Congresso de Salvador decidiu ligar cada vez mais os CBAs à luta democrática que os operários travavam no País. E essa ligação se deve ao fato de que a classe operária já está numa fase de transição, entre as lutas econômicas e a luta política propriamente dita; e compreende assim o duplo



caráter da ditadura militar: a repressão e a exploração.

TO: O que significa vincular-se aos movimentos populares? Como na prática se efetivará essa vinculação e quais os instrumentos para essa vinculação?

LE: Na prática, vincular-se aos movimentos populares significa unir-se organizadamente aos movimentos de base da sociedade para que a gente possa efetivar as conquistas restantes da luta pela anistia, que seriam:

- 1) — libertação imediata dos presos políticos não anistiados;
- 2) — a volta dos exilados não anistiados;
- 3) — acompanhar

mento da reintegração profissional e política dos anistiados; 4) — esclarecimento e responsabilização da situação dos opositores mortos e desaparecidos; 5) — desmantelamento dos aparelhos de repressão; e 6) — fim da Lei de Segurança Nacional.

Nós compreendemos que daqui por diante isso só será conseguido com a participação popular e operária na luta pela anistia. E o contrário também é verdadeiro: o movimento de anistia dará respaldo às lutas populares e operárias, especialmente na questão da livre organização e manifestação contra a repressão policial.

TO: Por que não foi considerado correto pelo Congresso encerrar a luta pela anistia e desestruturar a organização dos CBAs?

LE: Em primeiro lugar, não seria correto dar-se por encerrada a luta pela anistia porque ela ainda não se esgotou, e os movimentos de anistia quando se organizaram comprometeram-se a travar a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita até seu final. E a anistia conquistada é parcial. Em segundo lugar, a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita vai além de libertar todos os presos políticos; ela passa pela desestruturação dos aparelhos de repressão e o fim da Lei de Segurança Nacional, que são metas a alcançar.

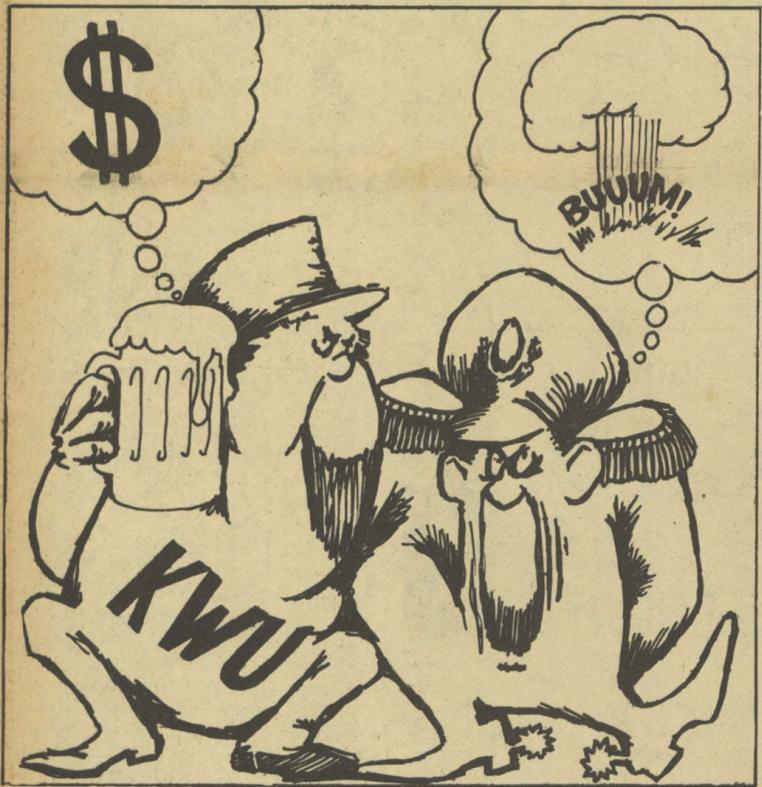
Em terceiro lugar porque os CBAs têm hoje uma organização nacional que carrega consigo uma das melhores experiências de trabalho de frente política que o movimento democrático no Brasil historicamente já possuiu. E essa organização foi construída com muito sacrifício, com muito suor e lágrima; e seria politicamente incorreto desestruturá-la antes de atingir seus objetivos finais.

TO: Concretamente, o que deve fazer o trabalhador que deseja participar da luta do CBA? Como levar a luta pela anistia às fábricas e sindicatos?

LE: Deve vincular-se ao CBA; e vinculando-se ao CBA, organizar núcleos pela anistia na sua vizinhança, no seu local de trabalho, no seu bairro, no seu sindicato, etc. O CBA se propõe a ser o coordenador unitário desta luta.

Os presos políticos foram encarcerados porque lutaram pelos mesmos objetivos por que muitos operários lutam hoje: melhores condições de trabalho e de vida, liberdade, etc. E a repressão política atingiu os presos políticos da mesma forma que o movimento operário está sendo reprimido. Por isso, a luta do CBA é também a luta dos trabalhadores. Nós vamos inclusive fazer uma cartilha explicando para os trabalhadores o significado da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Acordo Nuclear: o preço da bomba



A Suécia vai gastar o equivalente a 575 bilhões de cruzeiros até o ano 2.000, para desativar suas seis usinas nucleares em funcionamento. A decisão foi tomada num plebiscito nacional. Isso na Suécia, considerada um dos países mais democráticos, ricos e cultos do mundo.

Já o Brasil vai pagar 640 bilhões (Cr\$ 640.000.000.000) para fazer exatamente o contrário. Vai comprar da Alemanha Ocidental oito usinas nucleares, de tecnologia não testada e segurança duvidosa. E isso no Brasil, país pobre, endividado, faminto. No caso brasileiro a decisão data de 1975, do governo Geisel. As negociações foram secretas. O povo só soube depois do negócio estar fechado. Não faltaram denúncias contra o acordo. Mas o general Geisel havia decidido, o general Figueiredo manteve a decisão. As denúncias nem foram ouvidas.

Do lado alemão, o grande interessado no acordo é a KWU, um dos gigantes da indústria nuclear, que vai descarregar aqui o que já não consegue vender em seu país, devido aos protestos do povo de lá. Do lado brasileiro, o interesse vem

do alto comando do Exército, que deseja ter a bomba atômica. Isso foi confirmado mais uma vez no mês passado, quando a imprensa norte-americana publicou uma informação a respeito, vinda do Departamento de Estado.

Assim, a KWU fica com o dinheiro, os generais com a bomba. E o povo brasileiro fica com o encargo de pagar a conta, para não falar do risco de um acidente nuclear, que pode causar um número incalculável de mortes e deformações.

Ocorre que o acordo nuclear anda tropeçando em dificuldades, e não só as causadas pela crise econômica. A opinião pública brasileira começou a levantar-se contra. Agora já não são vozes isoladas, é o povo que protesta. No dia 28, cerca de dez mil pessoas foram às ruas em Vitória do Espírito Santo, numa manifestação contra o acordo patrocinada por 17 entidades. As faixas diziam «Abaixo a usina nuclear» e «Vitória precisa é de pão». Para o dia 16 de dezembro está planejada uma «marcha ecológica» em Aracruz, onde o governo quer instalar uma das usinas.

Portugal: "a UDP não cala a verdade"

Fala Manoel Monteiro, operário e deputado à Assembléia da República portuguesa pela UDP.

Os resultados das eleições de domingo não serviram para definir o quadro futuro do país. Houve praticamente um empate entre as forças de direita e as de esquerda. Os partidos considerados de esquerda (PS, PCP, UDP) tiveram um número de votos ligeiramente superior. Mas, devido à distribuição desses votos e à lei eleitoral vigente, a direita conseguiu uma vantagem também ligeira em termos de número de deputados.

Indiscutivelmente, registrou-se um avanço eleitoral da direita, devido em grande parte ao apoio do clero português, que é muito conservador. Mas também a votação à esquerda sofreu alterações dignas de nota. O Partido Socialista, perdeu terreno. O PCP, que empregou um discurso mais radical, aumentou sua votação. E a UDP (União Democrática Popular), que se situa à esquerda do PC de Cunhal, passou de 90 mil votos nas eleições legislativas anteriores para 128 mil nestas últimas. Ainda devido ao sistema eleitoral, a UDP só conseguiu eleger um deputado (o PSD, que teve apenas 13 mil votos a mais do que ela, ficou com sete deputados), que torna-se, assim, o mais votado da Assembléia recém-eleita. Foi este deputado, Manoel Monteiro, que a Tribuna Operária entrevistou, às vésperas do pleito.

Tribuna — Com que plataforma a UDP apresentou-se para as eleições parlamentares de novembro?

Monteiro — Nestas eleições todos em Portugal nos confrontamos com dois perigos. O principal é o de uma vitória da "Aliança Democrática", uma coligação dos três principais partidos da direita portuguesa. Como estamos em vésperas de uma revisão da Constituição, poderia haver uma viragem decisiva no rumo da direita. São os grandes industriais, as grandes empresas que estão financiando a campanha da direita.

O outro perigo é a continuação de governos como os que têm havido. Eles se apresentam com uma linguagem democrática, mas funcionam como degraus pelos quais a direita vai avançando. Foram eles que golpearam a reforma agrária, assinaram os

acordos com o FMI, expulsaram democratas do aparelho de Estado. Por isso dizemos que a democracia que temos, truncada, limitada, sujeita à NATO e à direita, não pode atender ao povo.

Nestas eleições não concorremos apenas para marcar posição. Não calamos a verdade. É o povo que diz: "A UDP não cala a verdade". Queremos deputados que tenham o que defender, dentro e fora da Assembléia. Temos nossa proposta, expressa em 25 reivindicações concretas.

Tribuna — Poderia falar sobre as 25 reivindicações que a UDP apresenta em sua plataforma?

Monteiro — Na nossa opinião, é impossível atacar de frente os problemas do povo sem atacar os privilégios dos monopólios, sem fazer os ricos pagarem a crise. Propomos, por exemplo, que não se pague os prometidos cem milhões de contos (70 milhões de cruzeiros) de indenização aos monopolistas e agrários (latifundiários). Reivindicamos um imposto fortemente progressivo sobre os lucros. E também um corte radical no orçamento das Forças Armadas, que proporcionalmente é o mais pesado da Europa, devido às exigências da NATO. Nas reivindicações políticas, destaco a de que se aplique a lei contra as organizações fascistas, que ficou no papel, pois as organizações e a imprensa fascistas estão agindo às claras.

Tribuna — Como a UDP encara o governo da sra. Maria de Lurdes Pintassilgo?

Monteiro — Foi uma solução de expediente de Eanes, diante da onda de protestos contra o governo Mota Pinto, o pior que já tivemos desde o 25 de Abril. Pintassilgo é uma católica, que assumiu com uma linguagem liberalizante, mas não influenciou no rumo geral do governo. Ela governou dentro dos limites impostos pelo general Eanes. Tomou algumas medidas de caráter social, que foram anuladas por outras de sinal contrário. Não vamos dizer que é um governo pior, é claro. Mas não houve mudança maior e por isto nós estamos na oposição. Que apreciação vocês têm sobre a conduta do PCP de Alvaro Cunhal nestas

eleições?

Monteiro — Ele apresenta-se com um palavreado de esquerda, mas com um programa moderado nas reivindicações concretas. Aliás, toda a política do PCP tem tido duas constantes: não contrariar Ramalho Eanes e os generais do 25 de Novembro (ação golpista de direita ocorrida em 1975); e não romper com o Partido Socialista. Por sua vez, o PS segue uma política de aliança com a direita. O resultado é que existe como uma corrente contínua, do PCP que se liga ao PS, que se liga aos partidos de direita.

Existe, de fato, um pacto social entre o PCP e o governo. Não é um pacto social declarado porque esta palavra é odiada pela massa em Portugal, mas existe de fato.

Tribuna — Seu país já teve, nos seis anos desde o 25 de Abril, seis governos provisórios e mais cinco "permanentes". Esta instabilidade ainda vai continuar? Para onde caminha Portugal?

Monteiro — Há de fato uma grande instabilidade política. Há como um equilíbrio de forças sociais, sem um vencedor definido. A balança oscila, não pende de vez nem para um lado nem para o outro. O eleitorado vota à esquerda, quer uma mudança, mas os governos têm sido à direita.

Por outro lado, há uma situação original: Passamos em 74/75 por um período de convulsões revolucionárias e de transformações sociais. Depois, houve um corte. Mas as conquistas ainda estão lá. Vêm a ser golpeadas, mutiladas, mas pouco a pouco. A reação não pode avançar com a velocidade que quer. Mesmo nas Forças Armadas, há sentimentos democráticos na baixa oficialidade. Por isso, a instabilidade tende a prolongar-se, até maio de 1981, pelo menos.

Isto é uma situação favorável a uma acumulação de forças pela oposição consequente, desde que ela siga uma política acertada, ampla, unitária. Pode-se articular no país uma ampla unidade popular. Também pode suceder um novo período como o de 75, com outras características, mas sem alterar o que nós nos preparamos. E lutamos por uma viragem completa na situação nacional.